

MEMÓRIAS COLETIVAS DO SER PIPIPÃ: Resgatando e valorizando os conhecimentos tradicionais nas escolas indígenas e não indígenas

Jussara Keila Nascimento de Souza

Coordenadora Pedagógica e Professora na Rede Municipal de Ensino de Petrolândia-PE, psicopedagoga institucional, especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura e em Educação e Ética (UESB), mestranda em Extensão Rural (UNIVASF/Juazeiro-BA), ju_keylla@hotmail.com.

Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Pós-doutor em Educação (Universidade do Minho - Braga / Portugal); Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA), Mestre em Educação (UFBA), atualmente é Professor Adjunto na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) no curso de Licenciatura em Geografia, campus Senhor do Bonfim / BA, é professor do Colegiado de Pedagogia, modalidade EaD e do Mestrado em Extensão Rural (orientador), reginaldo.pereira@univasf.edu.br

RESUMO

O propósito desse trabalho é apresentar os resultados da dissertação do Mestrado em Extensão Rural e seu produto final que resultou no livreto e no projeto de leitura realizado na Escola Agropecuária Municipal José de Carvalho Alcântara, com textos literários indígenas, levando em consideração que essa literatura precisa ser discutida nas escolas indígenas e não indígenas para que seja de conhecimento dos discentes a diversidade étnica do Semiárido Pernambucano. A oficina foi realizada com estudantes do 7ºD e 8º Ano B durante as aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental Anos Finais em Petrolândia-Pe. Embasamos na pesquisa qualitativa que defende a circulação da literatura indígena, como Pimentel (2012), Queiroz (2011), Munduruku (2012), entre outros, para entender a educação dos povos indígenas e as relações étnico-raciais no Brasil. Os resultados do projeto foram extremamente satisfatórios, os estudantes leram, analisaram e produziram narrativas, para a eficácia do seu uso nestes espaços de aprendizagens. Com esse trabalho intencionamos trazer novos olhares para a literatura de autoria indígena no que concerne seu emprego dentro e fora das salas de aulas. A partir das reflexões obtidas ao longo da pesquisa e objetivando a continuidade desse estudo para a comunidade escolar, construímos o *livreto*, como produto final do estudo, o qual tem o intuito de proporcionar o processo da construção do conhecimento através das informações contidas em suas páginas, esse produto é fruto da pesquisa-ação nas Escolas Estaduais Indígenas Pipipã onde foram realizadas as experiências com a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Palavras-chave: Educação. Escola. Literatura.

COLLECTIVE MEMORIES OF THE PIPIPÃ BEING: rescuing and valuing the traditional knowledge in indigenous and non-indigenous schools

ABSTRACT

The purpose of this work is to present the results of the dissertation of the Master in Rural Extension and its final product that resulted in the booklet and the reading project carried out at Escola Agropecuária Municipal José de Carvalho Alcântara,

with indigenous literary texts, taking into consideration that this literature needs to be discussed in indigenous and non-indigenous schools so that students are aware of the ethnic diversity of the Semi-Arid Pernambuco. The workshop was held with 7th and 8th grade B students during the Portuguese Language classes of the Elementary School Final Years in Petrolândia-Pe. We relied on qualitative research that defends the circulation of Indian literature, such as Pimentel (2012), Queiroz (2011), Munduruku (2012), among others, to understand the education of indigenous peoples and ethnic-racial relations in Brazil. The results of the project were extremely satisfactory, the students read, analyzed and produced narratives, for the effectiveness of its use in these learning spaces. With this work, we intend to bring new perspectives to the literature of indigenous authorship regarding their employment inside and outside the classrooms. From the reflections obtained throughout the research and aiming at the continuity of this study for the school community, we built the booklet, as a final product of the study, which aims to provide the process of knowledge construction through the information contained in its pages, this product is the result of action research in the Indigenous Pipipã State Schools where the experiences with Early Childhood Education and Elementary School were conducted.

Keywords: Education. School. Literature.

1 INTRODUÇÃO

A elaboração deste foi idealizada como uma ferramenta pedagógica que traz as informações sobre a pesquisa-ação realizada nas escolas, com informações pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem das tradições existentes na Educação Indígena. Durante o trabalho realizado com os estudantes na Escola Municipal Menino Jesus, na Aldeia Capoeira do Barro, o Juremeiro Inácio trouxe a memória seu conhecimento e um amplo uso das plantas para a medicina tradicional indígena, mas foi o Pajé Expedito Roseno que citou as plantas que eles mais usam na medicina indígena numa das visitas a Aldeia Travessão do Ouro.

Na organização dos conteúdos específicos indígenas usados na educação das escolas Pipipã, de acordo com o Projeto Pedagógico compreende o estudo dessas plantas medicinais e a sua utilidade para a comunidade. Sendo assim, este material didático pode e deve ser usado nas Escolas indígenas e não indígenas.

O livreto conta com informações sobre os conteúdos específicos expressos no Projeto Pedagógico dessas escolas, nos campos Meio Ambiente, Saúde e Terreiros: costumes e medicina, o uso das plantas medicinais e as curas tradicionais, ele funcionará também como

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

banco de dados para estudos dos alunos, como instrumento didático. A elaboração deste foi idealizada como uma ferramenta pedagógica que traz as informações sobre a pesquisa-ação realizada nas escolas, com informações pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem das tradições.

O referido artigo trata deste produto final e da literatura de autoria indígena na sala de aula e sua interpretação por estudantes não indígenas comprovando o desconhecimento dessa literatura na Escola Agropecuária Municipal em Petrolândia-Pe. Assim, com o objetivo geral de trabalhar a literatura indígena apoiando o fortalecimento dessa cultura, promoveu-se o reconhecimento e a valorização desses povos. Partindo dessa premissa, esse trabalho traz resultados expressivos sobre o projeto de leitura realizado nesta escola pública em outubro de 2019.

O projeto foi realizado em uma semana, de início, foi feita a escolha dos livros a serem trabalhados com as duas turmas, sendo que para o 7º Ano D foram selecionados os seguintes livros: Juntos na Aldeia, de Luís Donisete Benzi Grupioni (2012); Poeminhas da Terra de Márcia Leite e Tatiana Mões (2016) e Cantos de encantar: cantando o meu Brasil, organizado por Silvia Luz (2013). E o 8º Ano B com as contextualizações sobre os povos indígenas presentes no livro Terra Grávida (2012) com apresentação dos narradores indígenas, de Betty Mindlin.

Em seguida o projeto foi apresentado à equipe escolar e adotamos as etapas de leitura, escrita, pintura e interpretação das obras acima citadas, dando ênfase à escrita dos primeiros habitantes do Brasil e o reconto da história através dos contos, dos mitos, das lendas e da ilustração das narrativas de assombração. Assim, num primeiro momento esse trabalho expõe quem são, de onde são e o que estão fazendo os Pipipã de Kambixuru nas escolas estaduais indígenas de Floresta-PE, num segundo momento apresenta os pressupostos metodológicos e por fim, exhibe os resultados das atividades realizadas no projeto.

A expressão e a potencialidade do cenário das aldeias do grupo indígena Pipipã é extremamente relevante em relação à diversidade e as possibilidades presentes neste espaço, que se tornam evidentes a todos com o privilégio de adentrar neste universo através de audiovisual sobre as escolas Pipipã.

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Possibilita-nos pensar principalmente nossa prática na busca por soluções para os desafios impostos pelas características da região na qual convivemos, em reflexões e atitudes acerca do resgate dos conhecimentos tradicionais. É um espaço dedicado ao desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas às temáticas socioambientais e culturais, atividades essas que visam contribuir e estimular a discussão crítica, a organização social, o fortalecimento de identidades, levando à formação de cidadãos mais informados e participativos.

De modo que, a cultura e a educação não podem ser tratadas de forma dissociadas, visto que o processo de educar consiste em contribuir para socializar o indivíduo, transformando-os em agentes socializadores, atrelando as práticas educativas à diversidade cultural apresentada pelos alunos.

No contexto da educação rural, essas dificuldades tornam-se mais evidentes uma vez que durante muito tempo se preconizou a educação urbana, como demonstram os dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indicando que, no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade.

Diante de tais colocações, é preciso desconstruir conceitos há muito estabelecidos, a fim de reverter às desigualdades educacionais, historicamente construídas. Para isso, deve-se preconizar a educação do campo como complementar e de igual valor à urbana, respeitando-se a existência de modos diferentes de ser, viver e produzir.

O foco dessa reflexão está norteado pelas seguintes questões: Qual é a representação do índio transmitida ao longo dos anos? Como é tratada a temática do respeito as suas culturas e como essas questões refletem no desenvolvimento local? Quais as potencialidades e fragilidades desses processos? Quais relações são possíveis identificar e quais são as dificuldades enfrentadas? Como os indígenas trabalham a multiculturalidade no processo de ensino-aprendizagem?

Nesse sentido, esse estudo discute a pluralidade presente na Região do Submédio São Francisco, na diversidade do Ecossistema Caatinga, de múltiplos olhares e sujeitos – culturais, sociais, políticos e econômicos.

Este artigo de relevância científica procura atingir a comunidade acadêmica, contribuindo para a comunidade indígena. Nesse contexto, o tema proposto apresenta-se atual e relevante, levando em consideração que a temática tem levantado grande interesse por parte da população, haja vista que várias Instituições de Ensino Superior possuem cursos de Pós-Graduação voltados para a temática indígena.

Como forma de melhor compreensão, esse artigo está dividido em cinco seções. Além da presente introdução, a segunda seção trabalha os conceitos referentes território, identidade e desenvolvimento. A seção três apresenta os aspectos metodológicos para a realização da pesquisa. Em seguida, verifica-se a análise e apresentação dos resultados e, por fim, a quinta seção trata das considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Território, identidade e cultura

Os conceitos de território, identidade e cultura não podem ser vistos apenas como patrimônios simbólicos que estabelecem a comunhão de determinados valores entre os membros de uma sociedade, devem ultrapassar sua aparência folclórica/artística e geográfica, numa perspectiva que as situe como cenários de práticas sociais e de construção subjetiva que podem se desdobrar em importantes processos sociais, almejando ganhos políticos.

Pitteri, Saes e Bresciani (2015), tratam da caracterização de território como o conjunto de recursos (materiais e imateriais) e afirmam que estes constituem as estruturas econômicas, sociais e políticas. Segundo os mesmos autores o conceito de território deve ultrapassar as fronteiras administrativas. Para estes, a dinâmica das relações resultam na complementação, contribuindo tanto para a sinergia quanto para as contradições, dando assim a vida e reproduzindo a própria sociedade.

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

A identidade cultural está relacionada com a forma como vemos o mundo exterior e como nos posicionamos em relação a ele, em um processo contínuo e perpétuo que preenche os espaços de mediação entre o mundo pessoal e o mundo público. É nessa relação que construímos nossas identidades, na dialética entre indivíduo e sociedade.

A cultura deixou de ser unicamente uma acumulação de obras e conhecimentos produzidos por uma determinada sociedade, tornando-se de certa forma uma exigência dos modos de vida. Nesse sentido, Forquin (1993), enfatiza a relação existente entre educação e cultura, uma vez que cultura se refere a produções humanas, e como tal, podem ser repassadas, ensinadas e aprendidas.

Quando se trata de cultura e educação, podemos dizer que estes estão intrinsecamente ligados, pois educar é formar e socializar o indivíduo, fazendo com que este indivíduo se transforme, tornando-se elemento socializador. Em seu livro “A desgovernança mundial da sustentabilidade”, Veiga (2013) descreve o processo de desenvolvimento sustentável e o processo de desenvolvimento de ações específicas em favor da sustentabilidade:

Esperança que seria infundada se não houvesse indícios de que as próximas gerações estarão mais bem preparadas para essas tarefas do que seus pais. Elas certamente perceberão muito melhor a necessidade de preservar e recuperar os sistemas vitais que constituem a condição biogeofísica sine qua non do desenvolvimento (VEIGA, p.11,2013).

A educação no campo está em constante processo de transformação tanto em concepção teórica e prática, quanto de propostas de políticas públicas, por isso, o currículo escolar deve ser pensado de maneira a contemplar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) destaca a importância da educação no âmbito familiar, incluindo a participação social: Art 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996 p. 7).

Em suma, esse artigo da LDB trata da importância que deve ser dada para a relação educação, campo, trabalho e a vivência dos indígenas com a Unidade de Conservação. Destaca-se a importância de relacionar os conteúdos aprendidos na escola com a prática de vivência do público a quem se destina (BRASIL, 1996):

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, ART. 28, p.16).

2.2 Os indígenas Pipipã

A literatura de autoria indígena apresenta as vozes de etnias que propagam suas lendas e mitos como a continuidade da sua cultura que deve ser incluída nas escolas indígenas e não indígenas para que se preencha a lacuna do seu desconhecimento. Considerando a importância da metodologia no processo de ensino/aprendizagem nas Escolas Indígenas para a formação do indivíduo crítico e conhecedor de sua origem cultural.

É nesse cenário que surgem as escolas estaduais indígenas Pipipã na Área Rural do município de Floresta-PE, como fenômeno histórico no âmbito da revitalização de tradições, na reelaboração e ressurgimento, o que a antropologia denomina de etnogênese. Esse processo de territorialização implica a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais, ao se intitulem donos das terras na qual está inserida a Unidade de Conservação Reserva Biológica da Serra Negra.

Uma dessas questões limitantes desse desenvolvimento tão almejado está intimamente ligada à história dos Pipipã, os conflitos por questões de terra. Diniz é enfático ao afirmar que:

O Desenvolvimento deve ser interpretado como um processo de expansão das liberdades reais de que desfrutamos cidadãos de um país. Como tal requer, antes de tudo, que se removam as principais fontes de privação de liberdade, tais como a tirania e a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a destituição social sistemática, a negligência de oferta de serviços públicos essenciais e a insegurança econômica, política e social (DINIZ, 2011, p. 504).

Os Pipipã ocupam território situado no município de Floresta- Pernambuco, em 2005 tiveram início os estudos para demarcação da Terra Indígena e identificação do seu bem simbólico e material que é a Serra Negra, que é uma área historicamente referenciada pela territorialidade do povo Kambiwá. Os Pipipã se afirmam em 2.050 *índios*, entretanto, a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) registra uma população de 1.312 *índios*. Os dados computados sobre a população Pipipãs têm sido imprecisos como entre a maioria dos povos indígenas no Brasil.

O processo de regularização continua em aberto mesmo tendo sido publicado o mapa da demarcação dos Pipipã e a Serra Negra estando dentro desse território, o problema do uso sustentável é amplo e envolve muitos interesses e diversas situações na região, como a questão da acumulação do lixo durante a festa do Aricuri, na qual mesmo os índios limpando o local do terreiro e juntando o lixo produzido nos dez dias de festejos não há preocupação das autoridades locais em recolhê-lo. Há ameaças e conflitos que não dizem respeito aos índios, como o desmatamento, retirada da madeira para produzir carvão vegetal para a indústria de tecelagem e cerâmica, dentro da mata existe a caça provocando a diminuição de animais.

Em meio às lutas pelo reconhecimento dos povos indígenas existem os dilemas envolvendo os cargos de cacique e pajé, divergências sobre a forma de trabalhar com o grupo, causando desacordo entre as lideranças e disputas políticas entre os povos indígenas, o que provoca desligamentos criando novas aldeias, às vezes necessitando da intervenção da FUNAI.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançarmos o objetivo geral proposto pelo projeto, que foi viabilizar o contato dos alunos com a literatura indígena e os específicos que foi mostrar a importância dessa literatura na sala de aula, despertamos o interesse dos alunos pela leitura de obras de escritores indígenas, foi necessária a colaboração da equipe escolar.

Essa proposta metodológica se pautou na pesquisa de natureza qualitativa, levamos em consideração a necessidade de promover o contato com a literatura dos povos indígenas. Acreditamos que a Escola Agropecuária Municipal representou um espaço de diálogos, ruptura de estereótipos sobre a população indígena, de conhecimento e muitas descobertas. Os sujeitos da pesquisa em questão foram os alunos do 7º Ano D e 8º Ano B com faixa etária de 13 a 17 anos, cerca de 70 alunos.

Partindo da problemática de que não há livros da literatura indígena nas escolas estaduais Pipipã para o trabalho em sala de aula, e o não cumprimento da lei 11.645/08 que pede a inserção da cultura indígena no contexto escolar, ficando restrito nas escolas não indígenas o seu cumprimento no dia do índio e da consciência negra, bem como a necessidade da

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

produção de um produto final para o mestrado, tornou-se necessário essas ações que amenizassem e contribuíssem para a mudança dessa situação.

Os critérios de seleção das obras partiram da facilidade para encontrar tais livros nas bibliotecas escolares municipais, essas obras serviram como instrumento de leitura e discussão das temáticas em sala de aula, como forma de despertar o interesse dos alunos pela leitura das obras indígenas.

Analisamos as contribuições da literatura indígena promovendo as leituras, mostrando ao mesmo tempo a relevância dessa literatura na escola e a importância dos temas retratados nas narrativas.

Mediante a apresentação dos textos indígenas foi feita discussões sobre os indígenas Pipipã na atualidade e a contribuição indígena para a cultura brasileira. Abordamos tudo isso a partir dos documentários sobre os Pipipã e dos textos de escritores indígenas, com o intuito de mostrar a importância da valorização da cultura no espaço escolar e o respeito à diferença.

Para o desenvolvimento das aulas, os recursos metodológicos utilizados foram: notebook, data show, narrativas indígenas, papéis, borrachas, tintas, giz de cera, telas, lápis e canetas. A escolha das duas turmas foi pelo fato de já existir um trabalho cotidiano com ambas, facilitando assim o processo de construção.

Nessa etapa, os alunos conheceram escritores da literatura indígena como Daniel Munduruku e outros. Assim, os alunos entenderam que a escrita indígena é uma forma desses escritores divulgarem seus costumes e ancestralidades.

Em seguida, realizamos a leitura das obras dos escritores indígenas, os alunos observaram as características da narrativa, a saber: personagem, tempo, espaço e as ilustrações. Essa etapa foi relevante para os alunos perceberem como o indígena é representado.

A segunda etapa foi nomeada de “Eu Narrador”, para o desenvolvimento desse momento foi imprescindível à leitura das obras. A partir da leitura das obras, os alunos criaram as histórias, com base na estrutura das obras indígenas.

Os alunos das duas turmas produziram de forma eficiente às atividades propostas e os materiais derivados do projeto foram usados com eficácia para a organização das salas temáticas sobre contos na escola.

Antes de iniciarmos a leitura das obras, esclarecemos para os alunos que eles deveriam ficar atentos quanto à composição da narrativa no que concerne as suas características. No 8º ano B a preferência foi pelas narrativas de assombração, histórias de demônios sobrenaturais do imaginário indígena.

As obras foram bem recebidas pelos alunos que logo começaram a leitura de forma silenciosa, mas pouco tempo depois ficaram agitados, nessa ocasião foi preciso intervir para que concluíssem a atividade. Os alunos que no início pareciam bem agitados foram atraídos pelos textos indígenas. Houve a troca de narrativas feita por eles, o que demonstrou o interesse dos mesmos.

Logo, nossa função de mediador foi precisamente a de criar condições para os alunos realizarem a sua aprendizagem, conforme as perguntas propostas apresentadas ao término da leitura:

1. Dentre as narrativas indígenas qual lhe chamou mais atenção?
2. Qual é a representação do indígena nas narrativas estudadas?
3. Onde ocorrem às lendas nessas narrativas indígenas?
4. As ilustrações são importantes na narrativa? Por quê?

As respostas das referidas perguntas foram respondidas como forma de discussão oral. Nem todos os alunos participaram das discussões, mas fizeram a leitura das obras. Os poucos alunos que se manifestaram para falar seus pontos de vistas se saíram bem, assimilamos as diferenças de comportamento pela idade dos alunos. Nesse sentido, a leitura interdisciplinar de temas de outras áreas do conhecimento foi possível por meio da literatura indígena.

No intuito de enriquecer a abordagem, foram utilizados como apoio teórico autores que se dedicam à temática, cotejando seus resultados com os obtidos nesta pesquisa. Para Martins e

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Lintz (2000), a pesquisa bibliográfica visa explicar e discutir o problema de pesquisa através de referências de livros, revistas, artigos científicos, anais e outros atrativos.

Com relação aos procedimentos empíricos utilizados no trabalho, empregaram-se os mecanismos de levantamento ou pesquisa de campo que buscam as informações diretamente numa amostra da população estudada. Segundo Ruiz (1988, p. 50), “a pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes para ulteriores análises”.

O cenário geral do estudo teve como recorte as aldeias dos índios Pipipã em Floresta-PE, cujos dados da pesquisa foram obtidos a partir de conversas informais para descrever a partir dos relatos, a relação de sua memória coletiva. A análise dos dados coletados se deu, pois, na perspectiva da pesquisa qualitativa interpretativa que, segundo Minayo (2010), procura compreender o fenômeno através dos significados que as pessoas atribuem a ele, tendo como foco a complexidade do processo humano de dar sentido às coisas, na medida em que as situações acontecem.

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

4.1 Alguns relatos a propósito da construção do produto final para as escolas Pipipã

O livreto (fig.1) faz parte da primeira ação para tornar pública a análise dos dados da pesquisa com a temática sobre o currículo intercultural: “Elementos da Cultura Pipipã: Indicações para um currículo indígena”, realizada pela autora, no ano de 2019, para obtenção do título de mestra em Extensão Rural da UNIVASF.

Outro aspecto importante deste livreto diz respeito à difusão das abordagens sobre as Memórias Coletivas dos Pipipã para compreensão do resgate e da valorização dos conhecimentos tradicionais nas escolas indígenas, ainda pouco visíveis em estudos e pesquisas realizados na Área da Educação Indígena.

Após a leitura das obras e observação das narrativas pelos alunos, iniciamos com a produção textual. Essa etapa foi feita nas duas turmas, 7º e 8º Ano e teve como tema “Eu Narrador”.

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Explicamos para os alunos que a leitura que eles tinham feito das obras indígenas e as experiências com as histórias orais poderiam ajudar na feitura de suas narrativas.

Auxiliamos os educandos com canetas, lápis e folhas de papel, recomendamos a eles que as narrativas fossem curtas, como normalmente são as narrativas indígenas e explicamos ainda sobre a estrutura do texto narrativo. Essa parte serviu para percebermos que os estudantes tinham compreendido os elementos da cultura indígena e os resultados das narrativas criadas por eles foram extremamente satisfatórios.

A partir das produções dos alunos, percebemos que os conteúdos trabalhados em sala de aula nos momentos anteriores foram de suma importância para que eles criassem suas narrativas e explorassem os elementos da escrita indígena como a ilustração. Desse modo, a leitura das obras e a exposição de seres lendários e míticos serviram como estímulo e aprendizado para os alunos também nas aulas de história. Nas narrativas feitas pelos educandos, percebemos as referências da tradição oral. Diante dos resultados reafirmamos a importância da inserção da literatura indígena na sala de aula.

O olhar para a história na perspectiva da diversidade cultural faz com que haja entre os índios kambiwá e os Pipipã uma relação de memória coletiva, podendo ser analisada como fenômeno social, como defende Halbwachs (1990), a lembrança da infância tem seu instante de essência quando se entende sua significação evocada na memória histórica. Como nos mostra Le Goff (2003), o registro da memória coletiva esteve concentrado nas mãos das classes dominantes, que escrevia o que lhe convinha.

Essas comunidades continuam mantendo seus costumes e tradições, sentem-se responsáveis pela disseminação cultural na região do submédio São Francisco, através da culinária, danças, da religião e de outros elementos que integram a sua cultura, representada através de festas e também presente no artesanato local, com algumas divergências entre os indígenas, resultou-se na divisão dos Pipipã de kambixuru (indo pela BR de Ibimirim-PE a Floresta-PE) quando assumiu o Cacique Valdemir.

Segundo Mendonça (2007) pensar a dominação é explicar a forma pela qual os setores dominantes organizam sua dominação, justificam-na através do saber (ou a exercitam através da violência) garantem espaços no Estado e, a partir daí, atuam como se tivessem a

capacidade de desaparecer sob o “mandato” do público.

Nas paredes das salas de aulas desta escola estão expostos os eixos da educação escolar do povo indígena: Identidade, Organização, Terra, Interculturalidade e Bilinguismo; Os nomes das lideranças pipipãs: Exedito, Gerôncio, Valdemir, Francisco, Aldeni, Lourival, Eleuza, Edijalva, Edivan, Benedito; a valorização do Aricuri e os toantes que animam as aulas com as crianças. E para entender os vocábulos pipipãs expostos nas salas, o pajé traduz um a um: Tamaré – peixe; Marú – Cavalo; Kambi – Serra; Citurú – Moça; Kanikin – Tamanduá; Voacá – Passarinho; Voer – Velho; karue – Ema; Jarita – Cangambá; Intaruana – Onça; Karamunguengo – Tatu; Rupam – Peba; Tanaji – Índio; Reidiá – Vento; Uguair – Bom dia; Porru – Fumo; Matrixã – Fogo; Currupi – Sariema; Munã - Besta; xuru – negra.

As lideranças Pipipã guardam conhecimentos passados ao Pajé Exedito Rozeno pelo seu pai Joaquim Rozeno (*in memorian*), o Cacique Waldemir, o Juremeiro Inácio e os professores indígenas dessas aldeias Pipipãs nos orientaram em relação ao caminho a ser percorrido na pesquisa, compartilhando conosco seus modos de vida.

Figura 1 – Livreto Memórias Coletivas: o ser Pipipã



Fonte: Acervo da autora deste estudo no período da pesquisa de campo (2019).

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Por esse caminho, lançamos mão da maior multiplicidade de informações possíveis, procurou-se avançar na interpretação dos diferentes significados e nuances, bem como sua pluralidade na vida das pessoas que vivem nas Aldeias na Área Rural de Floresta-PE. Vale ainda destacar que o principal objetivo que guiou a elaboração deste livreto foi à procura por outros elementos, além daqueles que já serviram de cenário para estudos e pesquisas sobre a Educação Escolar indígena.

Este Livreto foi elaborado com base nos conteúdos específicos do PPP da Escola Indígena Pipipã. A partir das reflexões obtidas ao longo da pesquisa e objetivando a continuidade desse estudo para a comunidade escolar, construímos o *livreto*, como produto final do estudo, o qual tem o intuito de proporcionar o processo da construção do conhecimento através das informações contidas em suas páginas. Ele conta com informações sobre os conteúdos específicos expressos no Projeto Pedagógico dessas escolas, nos campos Meio Ambiente, Saúde e Terreiros: costumes e medicina, o uso das plantas medicinais e as curas tradicionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse trabalho, foi apresentado um universo novo, os estudos teóricos foram necessários para compreendermos como a literatura dos povos indígenas é vista atualmente. A partir dessas percepções identificamos a necessidade de ações que contribuíssem para o conhecimento dessa literatura. É preciso políticas públicas para que seja cumprida a lei que pede a inserção da temática indígena e a sensibilização dos profissionais da educação para que trabalhem essa temática.

O contato com a literatura indígena na turma de 7º e 8º Ano foi um momento de descobertas, permitiu a eles conhecerem a história dos diversos povos indígenas, mas, o mais importante foi promover o respeito, levando em consideração a variedade dos povos indígenas brasileiros, cada um com suas particularidades.

Através da literatura indígena no ambiente escolar é possível abordar temas que ainda persistem na sociedade como o preconceito sobre os povos indígenas. Contudo, há muito a ser feito para que a literatura indígena seja reconhecida e inserida na escola, enquanto isso não acontece, podemos fazer nossa parte. Enfim, com esse trabalho todos os objetivos propostos

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

foram alcançados com êxito, porém, a literatura indígena ainda precisa ser estudada e discutida seja nas escolas e nas universidades.

Posto isso, chega-se à conclusão que os governos não estão dispostos a resolver os problemas indígenas, pois, constata-se a ausência de ações governamentais para diminuir a situação, bem como a falta de conhecimento da história do não reconhecimento dos índios e do significado dos embates travados entre índios e não índios; de índios entre eles mesmos; e a dificuldade de reconhecimento das comunidades e da autoclassificação.

Deve-se considerar as particularidades das populações indígenas, seus modos de vida social e econômico, os agentes enquanto estudiosos, é preciso esforço para problematizar e fazer uma autocrítica, para não haver apenas a reprodução daquilo que o grupo quer ouvir, não ser só militante, mas fazer ciência com seriedade, se afastando do juízo de valor (do contra ou a favor) buscando o juízo de fato. E neste viés a sustentabilidade e a conservação estão atreladas a cultura, cientes da realidade atual, hoje, visto que os Pipipã utilizam a Serra Negra para fazer os rituais.

Deste modo, o presente trabalho faz uma crítica frente à desterritorialização, quando foram obrigados a sair de seu lugar de origem; propondo uma reflexão à importância da memória na conservação da tradição cultural. O Livreto “Elementos da Cultura Pipipã: Indicações para um currículo indígena” é resultante da pesquisa de mestrado de Jussara Keila Nascimento de Souza, discente do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal do Vale do São Francisco.

O processo de elaboração deste material reside na ideia de que a Educação Inclusiva pode utilizar-se de diversas representações sociais presentes no contexto do estudante e o seu reconhecimento pode colaborar para identificar alguns desafios, limites e perspectivas. Propõe-se, então, uma reflexão sobre a tomada de consciência das Memórias Coletivas do Ser Pipipã, como uma possibilidade de ampliar a perspectiva relacional com a educação para a convivência com o semiárido, favorecendo o desenvolvimento de projetos pedagógicos para as escolas indígenas.

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

Como resultado da análise documental, com base nos estudos, na reflexão e na formação continuada dos professores concluímos que os conteúdos e os projetos do PP são contextualizados com a localidade, discute e explicita de forma clara os valores coletivos assumidos e delimita suas prioridades no seu calendário específico e diferenciado.

Destarte, espera-se com essa iniciativa estimular os professores, os pais e as lideranças pipipãs: Gerônimo, Valdemir, Francisco, Aldeni, Lourival, Eleuza, Edijalva, Edivan e Benedito, a despertarem para a busca de mudanças significativas e necessárias a educação, ao meio ambiente, a saúde e a qualidade de vida. Ao passo que, registra-se o apreço aos professores das escolas indígenas e demais funcionários que auxiliaram na oportunidade de vivenciar momentos como este ao lado das lideranças, que permitiram e contribuíram para realização do trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, mar 2018.

DINIZ, Eli. **O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo (2000/2010)**. Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 54, núm. 4, 2011, pp. 493-531.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Medicas Sul, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

MARTINS, J. S. (2000). **O futuro as da sociologia rural e a sua contribuição para a qualidade de vida rural**. X Congresso de sociologia rural. Rio de Janeiro.

MINAYO, C. S Maria. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. Petropolis: Vozes, 2010.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e educação rural no Brasil: alguns escritos. Niterói/ Rio de Janeiro: Vício de Leitura/FAPERJ, 2007. 116p.

PITERRI, Sirlei; SAES, Maria Sylvia Macchione, & BRESCIANI, Luís Paulo. (2005), **Competências Territoriais e Desenvolvimento Regional Uma Proposta Metodológica para Pesquisas Interdisciplinares**. Desenvolvimento em questão. Editora Unijuí . ano 13 . n.31 . jul./set.2015.

Jussara Keila Nascimento de Souza | Reginaldo Pereira dos Santos Junior

RUIZ, Juana Á. Metodologia científica: guia para efi ciência nos estudos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1988

VEIGA, José Eli da. A desgovernança mundial da sustentabilidade. - São Paulo: Editora 34, 2013 (1ª Edição). 152p.